

FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS CAPIXABAS DO RIO DOCE: REFLEXÕES SOBRE O PRIMEIRO SEMESTRE DO PROJETO

OLIVEIRA, ALESSANDRO POLETO; AMADO, MANUELLA VILLAR
 INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/CAMPUS VILA VELHA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS E MATEMÁTICA,
 alessandropolet@gmail.com
 manuellaamado@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar um breve relato sobre os seis primeiros meses do Projeto Rio Doce Escolar, que pretende atuar ao longo de 5 anos na formação de educadores ambientais das escolas capixabas da bacia do Rio Doce, como resultado de um Acordo de Cooperação entre a Fundação Renova, Fundação de Apoio a Pesquisa e Tecnologia do Espírito Santo (FACTO) e Instituto Federal do Espírito Santo. Como legislação que fundamenta os estudos sobre educação Ambiental podemos citar a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/1999), o Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.



Figura 1: Relatório Fotográfico do 1º semestre do Projeto Rio Doce Escolar
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto como um todo está sendo desenvolvido dentro de uma perspectiva da pesquisa segundo Barbier (2007). O projeto se fundamenta nos princípios teórico-metodológicos da educação ambiental em sua perspectiva crítica (Guimarães, 2011). Os resultados alcançados durante o 1º semestre (2022/1) do Projeto Rio Doce Escolar permitem evidenciar que tivemos êxito em cada uma das ações a seguir:

- Na Ação 1 (Implantação das ações vinculadas as coordenações gerais)
- Nas Ações 2 e 3 (Construção do PPC dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização)
- Nas Ações 4 e 5 (Processo Seletivo Interno de Mestrandos e Doutorandos)
- Na ação 6 (Divulgação do Projeto)



Figura 6: Relatório Fotográfico – Folder de Divulgação
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar

Figura 7: Relatório Fotográfico – Divulgação comunidade
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar

OBJETIVOS

O objetivo central da presente pesquisa é verificar o cumprimento do plano de trabalho nos primeiros seis meses de execução, bem como trazer reflexões críticas do andamento do projeto. Dentre os objetivos específicos, destacamos: 1) Implementação do Projeto, com aquisição de materiais permanentes e atividades de articulação institucional envolvendo Ifes, Facto, os 4 municípios e a SEDU; 2) Construção do PPC do Curso de Aperfeiçoamento; 3) Construção do PPC do Curso de Especialização; 4) Processo seletivo interno de mestrandos; 5) Processo seletivo interno de doutorandos e; 6) Divulgação do Projeto.



Figura 2: Relatório Fotográfico –Articulação com os Municípios
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar

Figura 3: Relatório Fotográfico –Articulação com os Municípios
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar

FIGURAS



Figura 8: Articulação entre a pós-graduação e a Educação Básica
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar



Figura 9: Quantitativo de vagas referente a 1ª oferta
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, realizada a partir de análise documental do plano de trabalho, que é um anexo do Acordo de Cooperação e sua comparação com o relatório técnico escrito pela equipe de gestão a partir das ações realizadas no primeiro semestre do projeto, período compreendido de 01 de fevereiro a 31 de julho de 2022



Figura 4: Relatório Fotográfico – Plano de Trabalho
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar

Figura 5: Relatório Fotográfico – Pesquisa in loco
 Fonte: Projeto Rio Doce Escolar

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; TANAJURA, Laudelino Luiz Castro. A Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. Revista eletrônica pesquiseduca, v. 7, n. 13, p. 10-23, 2015

DECRETO Nº 4.281 DE 25 DE JUNHO DE 2002. Regulamenta a lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04nov. 2022.

GUIMARÃES, Júlia de Moura Martins; ALVES, Jacqueline Magalhães. Formação de professores na área de Educação Ambiental: uma análise dos anais da ANPed (2009-2011). Pesquisa em Educação Ambiental, v. 7, n. 1, p. 49-67, 2012.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acesso em: 01 out. 2022.

FINANCIAMENTO/ CONTATOS DO PROJETO

O presente trabalho foi realizado com o aporte financeiro da Fundação Renova, a partir de um convênio entre Ifes, Facto e Fundação Renova – Processo Ifes nº 23187.001719/2021-93.

<https://projektoriodoceescolar.ifes.edu.br/> <https://www.instagram.com/riodoceescolar/>
[Youtube/projetoriadoceescolar](https://www.youtube.com/channel/UC...) / <https://www.facebook.com/ifesvilavelhaoficial>